

## **ECONOMIA SOCIAL E PROGRAMAS DE EMANCIPAÇÃO POR MEIO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOCIAIS NO BRASIL: AVANÇOS E DIFICULDADES ATUAIS**

Leandro Pereira Morais<sup>1</sup>  
lpmorais@gmail.com

Miguel Juan Bacic<sup>2</sup>  
bacic@eco.unicamp.br

Data de submissão: 09/07/2008

Data de aprovação: 21/10/2008

---

<sup>1</sup> Doutorando Em Desenvolvimento Econômico (Unicamp). Professor Do Centro De Economia E Administração Da Puc-Campinas E Representante Do Brasil No Observatório Iberoamericano De Emprego E Economia Social.

<sup>2</sup> Doutor Em Administración - Universidad Nacional Del Sur (Argentina). Professor Livre-Docente Em Economia (Área Economia De Empresas) Da Unicamp. Tem Experiência Nas Áreas De Administração E Economia De Empresas.

## **ECONOMIA SOCIAL E PROGRAMAS DE EMANCIPAÇÃO POR MEIO DE EMPREENDIMIENTOS ECONÔMICOS SOCIAIS NO BRASIL: AVANÇOS E DIFICULDADES ATUAIS**

### **RESUMO**

Em vários países, constata-se o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. A presença e a progressiva amplitude desse campo de práticas suscitaram programas e ações, no sentido de promovê-las como opção de renda. Ao mesmo tempo, provocou-se uma série de debates acerca de suas causas e de sua eficácia como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. A “economia social” constitui uma realidade heterogênea, na qual não existe consenso no que diz respeito ao conceito e à delimitação de suas fronteiras. Este trabalho tem como intuito, a partir de um estudo exploratório realizado por meio da revisão da literatura pertinente, contribuir com o avanço dessa discussão, para, posteriormente, discutir as dificuldades dos “programas de emancipação” aos beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal no Brasil, frente à natural fragilidade desses empreendimentos e ao fato de que a maioria dos beneficiados, pelos programas, não possui minimamente o conjunto de requisitos necessários para se tornar empreendedor.

Palavras-chave: Empreendimentos econômicos solidários, Programas emancipatórios, Brasil.

## **ECONOMÍA SOCIAL Y PROGRAMAS DE EMANCIPACIÓN POR MEDIO DE EMPREDIMIENTOS ECONÓMICOS Y SOCIALES EN BRASIL: AVANCES Y DIFICULTADES ACTUALES**

### **RESUMEN**

En varios países se constata el crecimiento de iniciativas de producción y de prestación de servicios organizados en base a la libre asociación y en los principios de cooperación y autogestión. La presencia y la progresiva amplitud de ese campo de prácticas suscitaron programas y acciones, en el sentido de promoverlas como opción de renta. Al mismo tiempo, se provocaron una serie de debates acerca de sus causas y de su eficacia como alternativa de desarrollo socioeconómico. La “economía social” constituye una realidad heterogénea, en la cual no existe consenso en lo que respecta al concepto y a la delimitación de sus fronteras. Este trabajo tiene por objetivo, a partir de un estudio exploratorio realizado por medio de la revisión de la literatura pertinente, contribuir con el avance de esa discusión para, posteriormente, discutir las dificultades de los “programas de emancipación” a los beneficiarios del Programa *Bolsa Familia* del Gobierno Federal en Brasil, frente a la natural fragilidad de esos emprendimientos y al hecho de que la mayoría de los beneficiados por los programas no posee, en lo más mínimo, el conjunto de requisitos necesarios para convertirse en emprendedor.

Palabras clave: Emprendimientos económicos solidarios, Programas emancipatorios, Brasil.

## **SOCIOECONOMIC PROGRAMS AND PROGRAMS OF EMANCIPATION THROUGH SOCIOECONOMIC PROJECTS IN BRAZIL: ADVANCES AND CURRENT DIFFICULTIES**

### **ABSTRACT**

In various countries, there has been a growth of initiatives for the production and provision of organized services based on free association and the principles of cooperation and self-management. The presence and progressively wide scope of this field of practice has led to programs and actions aimed at promoting such services as a means of income. At the same time, it leads to a series of debates focusing on its causes and its effectiveness as an alternative to socioeconomic development. The social economy is a heterogeneous reality, in which there is no consensus regarding the concept and demarcation of its borders. Based on an exploratory study carried out through a review of the relevant literature, this work seeks to contribute to advancing this discussion, in order to then discuss the difficulties involved in "emancipation programs" for beneficiaries of the "Bolsa Família" program of the Brazilian Federal Government, in view of the natural fragility of these enterprises and the fact that most beneficiaries of these programs do not have the minimum requirements to becoming entrepreneurs.

Key words: Economic social support projects, emancipatory programs, Brazil.

### **1 INTRODUÇÃO**

Atualmente, em vários países, sob diferentes denominações, constata-se o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços sociais e pessoais, organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. De fato, a presença e a progressiva amplitude deste campo de práticas suscitaram programas e ações, de variadas organizações dos setores públicos e privados, no sentido de promovê-las como opção de renda e de melhor qualidade de vida. Ao mesmo tempo, provocou-se um estado permanente de debates entre líderes políticos e sociais, militantes e estudiosos, acerca de suas principais causas explicativas e de sua importância para a construção de uma alternativa de desenvolvimento, nos âmbitos locais e globais, tendo em vista a incapacidade estrutural do sistema vigente para propiciar bem-estar e melhorias na qualidade de vida dos cidadãos (Gaiger, 2004).

Do ponto de vista internacional, segundo Moreno & Chaves (2006), foi a partir dos anos 1970 que se iniciaram, sob uma perspectiva econômico-social, os estudos teóricos e empíricos mais significativos sobre o tema. De acordo com estes autores, certamente há pouco menos de três décadas que, especialmente nos países anglo-saxônicos, começaram a aparecer os primeiros trabalhos com o intuito de investigar a complexidade e diversidade desse setor da economia. Para Defourny, Favreau & Laville (1997), desde a segunda metade dos anos 1970, os estudiosos de diferentes disciplinas e países manifestaram crescente interesse pelas iniciativas econômicas do tipo associativas ou cooperativas que não pertenciam nem à esfera da empresa privada "clássica", nem à da economia pública.

Segundo Carpi (1997) é a partir desse período, mencionado por alguns autores como a crise do "modelo fordista" de produção e de distribuição, que se podem entender as "novas" tendências e o interesse pela "Economia Social"- ES. Para o autor, as

transformações socioeconômicas desse período e o contexto de desemprego, incertezas, insegurança, tensões sociais e políticas, aliados à incapacidade de o Estado e do “mercado” para enfrentar tal situação são os principais elementos que podem explicar a massiva mobilização da sociedade civil em busca de soluções coletivas. É aqui onde a ES encontra um “caldo de cultivo” apropriado para seu desenvolvimento; “caldo” este que ganha ainda mais sustância nos anos 1990, frente às transformações econômicas, sociais e políticas em âmbito internacional.

Tal visão é também propugnada por Moreno & Chaves (2006) que defendem a ideia de que o interesse e a necessidade dos estudos ligados à ES têm uma estreita relação com o processo estrutural de transformação dos sistemas sociais e econômicos, experimentados ao longo das três últimas décadas em âmbito mundial, assim como pela insuficiência dos setores institucionais dominantes, em sua “configuração tradicional”, de satisfazer as necessidades reais da sociedade, sobretudo daqueles grupos dotados de menos capacidades. Ainda segundo os autores, a “nova mirada científica” para esse setor, embora ainda minoritária, evidencia uma “luz de esperança” para o papel que ele pode ter na sociedade e na economia.

Nessa perspectiva, Defourny, Favreau & Laville (1997) já haviam antecipado a ideia de que a crescente participação dessas formas de organização da atividade econômica e social podia ser entendida como “novas respostas” da sociedade civil à crise do emprego e do Estado de Bem-Estar. No entanto, estes autores também chamam a atenção para o fato de que além da dimensão socioeconômica, deve-se levar em conta, para entender as motivações desse tipo de organização, a dimensão “sociopolítica” ou “sociocultural”, no sentido de que a “identidade coletiva” de pertencer a um mesmo grupo e cujos membros são conscientes de compartilhar destinos comuns, conforma o segundo grande registro de explicação. Para eles, a ES surgiu de movimentos que atuariam como mecanismos de transformação social e que queriam afirmar a possibilidade de estabelecer relações sociais de solidariedade nas atividades econômicas.

No entanto, a ES constitui uma realidade econômica heterogênea, marcada por uma série de dificuldades e contradições no que tange à sua definição, conceituação, delimitação de suas atividades e de suas organizações e, conseqüentemente, de sua mensuração. Vale lembrar que este setor inclui unidades econômicas vinculadas a atividades de todos os setores e que podem estar presentes em todas as fases do processo produtivo. Além do que, cada país ou região, são tratados com terminologias diferentes que se deixam confundir com facilidade. Ou seja, a expressão ES não está isenta de ambigüidades, uma vez que convive com expressões de diversos tipos, tais como: setor voluntariado, filantrópico, não monetário, não lucrativo, de interesse social, terceiro setor, ONG, economia solidária, economia social e outras que embora tentem descrever realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividades. De certa forma, a delimitação do campo da Economia Social tem dificuldades semelhantes àquelas sinalizadas por Cruz (2006, p. 37), com relação ao campo da economia solidária, o qual, para este autor “é uma expressão conceitual em disputa” ou, cujo significado é “objeto de viva polêmica”, onde “aqueles que defendem a utilização da expressão não coincidem no seu sentido, e aqueles que a criticam, obviamente, não coincidem também em suas críticas”.

Em outras palavras, o termo ES contempla uma multiplicidade de opiniões, ou seja, o conceito carece de aceitação e implementação generalizadas. Na verdade, vive-se ante uma realidade de que muitos falam sobre o tema, mas cujas fronteiras se encontram abertas e nebulosas. Embora ao longo dos últimos anos pôde-se notar o aumento dos estudos e do interesse pelo tema, a superação de fronteiras e de meios para defini-lo e quantificá-lo, está por vir. Pode-se afirmar, portanto, que até o momento, não existe consenso sobre a delimitação deste setor (BAREA, 1990; CARPI, 1997; DEFOURNY, FAVREAU & LAVILLE,

1997; CHAVES, 1998; BAREA & MONZÓN, 2002; TOSCANO, 2002; CRUZ 2006; MONZÓN 2006; MORENO & CHAVES, 2006).

No Brasil, o termo ES não é tradicionalmente utilizado, apesar de as organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido (Serva & Andion, 2006). Segundo estes autores, pode-se constatar que ainda não existe no país uma visão dominante e, muito menos, um consenso sobre o que é a ES, quais organizações e entidades que as compõe e qual o seu papel social. Do ponto de vista científico, “observa-se a coabitação de diferentes representações, correntes e concepções as quais se apoiam em ideologias distintas e, em alguns casos, até contraditórias” (SERVA & ANDION, 2006, p. 39). Ainda na concepção destes autores, “a pluralidade de um campo teórico em formação é, em grande medida, o reflexo de um campo da práxis formado por múltiplos atores, interesses e estratégias, em constante disputa” (p. 85).

Independentemente da terminologia utilizada, das dificuldades de conceituação, definição e de mensuração e da controvérsia inerentes a um tema “espinhoso”, entende-se que a ES pode desempenhar um papel significativo, do ponto de vista socioeconômico, frente ao contexto de globalização atual. Em que pese a contribuição de alguns autores como, por exemplo, Vainer (2000) que se posiciona contra a ideia de ES como alternativa ao enfrentamento da crise do emprego e do Estado de Bem-Estar e de Castel (1998), que entende tais realizações como pouco inovadoras e com limitadas chances de ultrapassarem o estágio de “experimentação”, entende-se que a ES, através de seus “mecanismos específicos”, pode contribuir para a geração de emprego e renda, para uma distribuição de renda menos desigual e para o desenvolvimento endógeno, tendo em vista seus maiores vínculos com o território, o que, conseqüentemente, levaria a uma maior autonomia destes, de forma complementar aos objetivos macroeconômicos mais gerais.

Nessa perspectiva, do ponto de vista das políticas públicas atualmente executadas no âmbito de geração de emprego e renda no Brasil, um novo “modelo” de enfrentamento da realidade socioeconômica atual vem sendo observado e se dá a partir de certas iniciativas, também adotadas recentemente na América Latina, de “*Programas de Transferência Monetária Condicionada*” (PTMC). Estes Programas têm como ideia basilar, enfatizar o “trabalhar conjuntamente” com as famílias beneficiárias para que estas possam encontrar as “portas de saída” de sua condição de pobreza; abordagem esta que implica integração com outras políticas e programas, no marco de uma estratégia de desenvolvimento mais amplo (Soares & Britto, 2008).

No Brasil, o Programa “*Bolsa Família*” (PBF) do Governo Federal, instituído em 2004, a partir da unificação de alguns programas sociais de transferência de renda (tais como o “Bolsa Escola”, o “Fome Zero”, o “Bolsa Alimentação”, o “Vale Gás”) é tido como “um dos maiores Programas de Transferência Condicionada de Renda do mundo”, beneficiando mais de 11 milhões de famílias (SOARES, RIBAS & OSÓRIO, 2007, p. 2). Na América Latina, outros exemplos também são verificados, embora com menor envergadura, como são os casos de “*Red Solidária*” em El Salvador; “*Tekoporã*” no Paraguai; “*Chile Solidário*” no Chile; “*Oportunidades*” no México; “*Bono Solidário*” no Equador e “*Famílias em Acción*” na Colômbia”.

Em que pese à acirrada discussão acadêmica e política sobre o tema, característica inerente a um tema espinhoso e controverso, de fato, do ponto de vista prático, o recente Relatório, intitulado “*Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família*”, elaborado pelo CEDLEPAR/UFMG e encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS - Governo Federal, 2007), apontou que os PTMC tiveram impacto sobre a pobreza e, em especial, sobre a pobreza extrema. No entanto, verificou-se que, na maior parte das vezes, tais transferências e o tempo de sua duração são insuficientes para tirar as

famílias da pobreza, ou seja, para quebrar o círculo intergeracional da pobreza e de falta de oportunidades.

Nesse sentido, as *condicionalidades* previstas nos PTMC, têm como objetivo estimular que os beneficiários assumam responsabilidades pelo seu próprio bem-estar, em vez de depender permanentemente do “paternalismo” centrado no Estado. Em outras palavras, as condicionalidades visam a assegurar o acesso dos beneficiários às políticas sociais básicas de saúde, educação e assistência social; aspecto considerado como a “segunda dimensão” do PBF. Esta dimensão sucede à dimensão de alívio imediato da pobreza e precede a terceira dimensão, caracterizada por *Programas Complementares* que visam a geração de trabalho e renda, no sentido de promover o desenvolvimento das famílias assistidas e contribuir para que estas consigam superar a sua situação de pobreza e de vulnerabilidade (PBF, 2006).

No que se refere especificamente à terceira dimensão, ou seja, aos programas que visam a sensibilizar, estimular e direcionar-se no sentido da geração de trabalho e renda, sua importância pode ser verificada, por exemplo, com o fato de a possibilidade do MDS ganhar, ainda nesse primeiro semestre de 2008, uma nova Secretaria, que deverá se chamar “*Secretaria de Geração de Oportunidades e de Inclusão Produtiva*”. Dentre suas atividades, esta Secretaria disponibilizará recursos para financiar programas de capacitação profissional e de geração de emprego e renda, além de estimular a integração de programas de microcréditos e na inclusão dos beneficiários dos PTMC, com o objetivo maior de se “deslocar” de um perfil de políticas “assistencialistas” para políticas “emancipatórias” (SCOLESE, 2007).

Conforme se pode notar, por um lado, há um ambiente mais favorável, econômica, social e politicamente, para levar adiante Projetos que contemplem objetivos socioeconômicos com a possibilidade de geração de renda e trabalho. Por outro lado, empiricamente, percebe-se uma série de dificuldades para que tais Projetos obtenham êxito e realmente cumpram com a função da “emancipação” de famílias beneficiárias. Além do que, a maioria dos empreendimentos sociais, desde sua concepção, é marcada por determinados óbices que inviabilizam sua consecução.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo discutir as dificuldades dos programas de “emancipação” através de empreendimentos sociais no Brasil, com base na análise de algumas experiências dos beneficiários do “Programa Bolsa Família” do Governo Federal e seu intento em promover, além da transferência de renda (assistencialismo), novos programas baseados em meios e critérios para gerar emprego e renda a partir de instituições de economia social. Para tal, pretende-se, de forma inicial, nos tópicos 1 e 2, discutir os principais aspectos que permeiam a discussão teórica sobre Economia Social, bem como a problemática do tema no Brasil. Posteriormente, apresenta-se o “Programa Bolsa Família”, apontando seus avanços, limites e críticas, bem como sua contribuição para o alívio conjuntural da pobreza, para finalmente, discutir as dificuldades do empreendedorismo social no Brasil a partir de programas de transferências de renda.

Conforme Selltiz *et al.* (1974, p. 60), um estudo exploratório, pode ter diversas funções tais como a formulação de um problema para pesquisa, a criação de hipóteses, o aumento do conhecimento do pesquisador sobre o tema, o estabelecimento de uma agenda para pesquisas futuras. Os mesmos Selltiz *et al.* (1974, p. 62) afirmam que a resenha do trabalho efetuado por outros estudiosos é uma das formas mais eficientes para economizar esforço de pesquisa. Em função de tais observações, este trabalho pode ser caracterizado como um estudo exploratório realizado por meio da revisão da literatura pertinente, do campo da economia social e da economia solidária, centrando a atenção à problemática dos Programas de Transferência Monetária Condicionada e às limitações das portas de saída.

## 2. REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE O TERMO “ECONOMIA SOCIAL” – ES

Para Montolio (2002), a expressão Economia Social foi empregada provavelmente pela primeira vez pelo economista da Escola francesa liberal, Charles Dunoyer (1768-1862). No entanto, cabe a questão: O que é a “ES”? No intuito de responder tal indagação, um primeiro aspecto que chama a atenção dos investigadores deste campo de estudo, que é a grande quantidade de terminologias existentes. De acordo com Moreno & Chaves (2006, p. 91), “esta inflación de locuciones se justifica en los diferentes modos de generación, actuación y comportamiento con que este sector se manifiesta en los distintos países”. A diversidade terminológica existente foi minuciosamente descrita por Moreno (1996) e, de acordo com a autora, os termos mais frequentes são:

- 1) “Terceiro Setor”: quando se faz alusão aos dois outros “Setores”, a saber, Estado e Privado Capitalista;
- 2) “Setor Voluntário”: termo que tem como característica básica o caráter voluntário de uma parte muito relevante de pessoas que formam, trabalham e dirigem atividades voluntárias;
- 3) “Setor Não Lucrativo”: termo empregado pelo Sistema Nacional de Contas Integradas das Nações Unidas que enfatiza o caráter não lucrativo de organizações que conformam o terceiro setor, entendendo que suas ações não têm o objetivo de obter benefícios para distribuí-los entre os indivíduos que as conformam, mas sim para designá-los a outros fins socialmente determinados;
- 4) “Setor Filantrópico”: referem-se àquelas organizações que canalizam recursos pessoais e materiais em prol de causas públicas ou sociais, sendo muito utilizado quando se trata das Fundações;
- 5) “Setor Caritativo”: termo que enfatiza o apoio que o terceiro setor recebe da sociedade em geral, em forma de doações privadas, para objetivos de caridade ou utilidade social que os depositantes depositam o próprio setor;
- 6) “Organizações Não Governamentais” – ONG’s: termo que se refere àquelas entidades privadas que visam à promoção socioeconômica dos países mais subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento;
- 7) “Setor Independente”: termo que é utilizado para ressaltar o papel que o terceiro setor possui como força independente tanto frente à atividade do setor público, como com respeito ao setor lucrativo ou maximizador do benefício das atividades capitalistas;
- 8) “Setor Intermediário”: análogo ao anterior enfatiza o papel do terceiro setor não lucrativo, como terceira força social, ou seja, como o setor “mediador” entre os interesses do mercado e o das políticas das agências públicas, embora mantendo relações com ambos os agentes;
- 9) “Setor Isento de Impostos”: considerando que na maioria dos países este setor desfruta de uma fiscalidade favorável, ou seja, com benefícios e isenções tributárias;
- 10) “Economia Social”: denominação que abarca tanto entidades genuínas do Terceiro Setor (Fundações, Associações), como a certas entidades de tipo comerciais, mais orientadas ao mercado, tais como cooperativas, mútuas, etc.

Nessa perspectiva, cabe notar que a multiplicidade de terminologias referentes ao setor se traduz em um outro problema, descrito por Barea & Monzón (2002, p. 22):

las ambigüedades y contradicciones existentes a la hora de ofrecer información cuantitativa del sector de la Economía Social se deben, en buena medida, a la ausencia de una delimitación conceptual de su ámbito y al escaso rigor metodológico con que frecuentemente se elaboran las magnitudes agregadas correspondientes.

Dessa forma, a grande quantidade de terminologias é justificada pelos diferentes modos de geração, atuação e comportamento em que esse setor se manifesta nos diferentes países, ou seja, em cada nação, assim como em cada região, se adotam distintas terminologias para fazer frente ao setor, de acordo com aspectos históricos, culturais, políticos, jurídicos, etc. Além do que, conforme salientaram Moreno & Chaves (2006, p. 91) “la elección de éstos como objeto de estudio por parte del científico social evidencia la existencia de juicios de valor em el proceso científico y denota una indudable carga política y ideológica”.

Trata-se, portanto, de um setor em que, até o momento, não existe delimitação de suas fronteiras, ou seja, em que as entidades que o contemplam não estão definidas de forma consensual. Na visão de Moreno & Chaves (2006), o problema da diversidade terminológica, um dos temas que vem gerando um maior número de investigações e trabalhos científicos, está intimamente ligado ao problema da conceituação, ou seja, da definição do conjunto de organizações / entidades que integram este complexo setor. Frente a essas dificuldades, de acordo com os autores, na literatura econômica podem-se detectar três enfoques teóricos bem definidos: 1) enfoque da “ES”, tido como o mais antigo, mais consolidado e bastante divulgado e utilizado na Europa; 2) enfoque das organizações “*Non Profit*” e 3) enfoque da “economia solidária”, o mais recente e considerado por muitos autores como uma derivação do enfoque da “ES”.

Do ponto de vista latino-americano, é interessante mencionar que vem se desenvolvendo outra visão de economia solidária que a contempla como uma força de transformação social portadora de um projeto de “sociedade alternativa” à globalização neoliberal. Diferentemente dos ideários europeus, que consideram a economia solidária compatível com o mercado e com o Estado, a perspectiva latino-americana defende a ideia de um projeto global alternativo ao capitalismo (BOULIANNE, 2003, apud Monzón, 2006, p. 19). Também, embora com menor importância analítica, aparecem outros enfoques como o de “economia alternativa” com raízes nos movimentos contestatórios franceses, surgidos na Revolução de maio de 1968 e o de “economia popular”, de origem latino-americana e bastante próxima ao enfoque sul-americano de economia solidária (MONZÓN, 2006).

Como se tentou mostrar, o campo da ES é marcado por uma pluralidade terminológica, o que evidencia a complexidade de seus conteúdos e a multiplicidade de formas e riqueza que as cerca. É, sem dúvidas, um setor que merece ser estudado com maior profundidade, tendo em vista, dentre outros aspectos, sua contribuição para o enfrentamento da atual realidade socioeconômica, bem como para a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, de inserção social. Do ponto de vista latino-americano, percebe-se que a noção de ES é distinta da utilizada e defendida por teóricos dos países centrais. Na seção a seguir, analisam-se as principais contribuições de estudos e análises referentes ao caso brasileiro, ainda em fase de construção.

## **2.1 ES no Brasil: balanço teórico-conceitual, tendências e perspectivas**

Conforme já enunciado anteriormente, o termo ES não é tradicionalmente utilizado no Brasil, apesar de as organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido. No



entanto, assim como a maioria dos estudos sobre o tema em outros países, no Brasil não existe um consenso sobre o que é ES e quais entidades a constitui. Do ponto de vista científico, conforme apontou Serva & Andion (2006, p. 39), “o campo parece se encontrar numa fase pré-paradigmática, de acordo com o conceito estabelecido por Kuhn (1987), em que os contornos dos paradigmas e das teorias de base ainda estão sendo construídos pela comunidade científica e também por profissionais do campo que atuam no âmbito da pesquisa”. Já no que diz respeito à esfera da práxis, percebe-se uma ampla gama de atores e formas jurídicas que constituem o campo, sendo as cooperativas, por exemplo, as mais fáceis de distinguir e com maior tradição em nosso país.

Segundo verificado pelos autores acima mencionados, a ES caracteriza-se cada vez mais como um “microcosmo semiautônomo” que tem suas próprias normas, regras e códigos, os quais devem ser dominados por aqueles que desejam entrar no campo. No entanto, “longe de ser um campo homogêneo, ele é composto por disputas simbólicas, por contradições entre indivíduos e entre grupos, cada um buscando manter o seu lugar e conquistar novas posições em busca de hegemonia” (SERVA & ANDION b, 2006, p. 41). Nesse sentido, para começar a compreender as concepções e as teorias que são subjacentes à produção bibliográfica difundida atualmente no Brasil, é *mister* entender, mesmo que de forma sintética, os diferentes estudos que compõem o campo científico nascente no país. Para tal, segue-se o já realizado esforço de classificação de algumas correntes proposta por Serva & Andion (2006), embora reconheçam a possibilidade de correrem determinados riscos de imprecisões.

Vale lembrar que, com exceção dos estudos na esfera do cooperativismo, a produção científica no setor da ES é relativamente recente e, embora se utilizando de diversas denominações (economia solidária, terceiro setor, ONG’s, etc.), a quantidade de estudos que abordam iniciativas da sociedade civil de cunho socioeconômico não pára de crescer. Conforme observado por Serva & Andion (2006, p 51), “emoldurados sob vários rótulos e conceitos (...), tais estudos vêm se multiplicando e constituindo paulatinamente um novo campo científico no país”. Partindo-se desta constatação, os autores realizam uma apresentação dos principais conjuntos de estudos que participam da construção desse “novo campo científico”, tomando como referência a filiação teórica e os conceitos principais que caracterizam cada conjunto e não somente a simples questão da nomenclatura.

Assim, “tentando lançar um olhar global sobre o campo”, sem a pretensão de um levantamento exaustivo de estudos e de autores, mas sim com a intenção de fornecer um panorama geral da elaboração conceitual da ES no Brasil, os autores sugerem a existência de, ao menos, quatro conjuntos distintos, a saber: 1) os estudos do “cooperativismo”; 2) a corrente do “terceiro setor”; 3) os estudos interdisciplinares sobre organizações da sociedade civil e 4) a corrente “neomarxista”.

### **3. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA CONDICIONADA (PTMC): AVANÇOS E LIMITES NAS POSSIBILIDADES DE “EMANCIPAÇÃO”**

No Brasil, assim como na América Latina, ao longo dos últimos 10 anos, têm sido levadas a cabo, experiências de Programas de Transferência Monetária Condicionada – PTMC, com o objetivo de aliviar a pobreza em curto prazo e de romper o círculo intergeracional de pobreza. Esses Programas normalmente fornecem uma transferência de renda às famílias pobres, condicionada à frequência escolar das crianças e de *cheks ups* médicos regulares, tanto de crianças como de mulheres grávidas. Os PTMC são vistos por muitos Governos e Agências Multilaterais como um instrumento eficaz e de baixo custo para redução da pobreza e ampliação de oportunidades aos pobres (SOARES & ZEPEDA, 2008).

Sobre a eficácia desses Programas em seus respectivos países, embora haja muito a ser discutido, mais recentemente, há uma crescente literatura demonstrando que os PTMC reduzem a pobreza, melhoram os indicadores de educação e de saúde e aliviam vários outros sofrimentos dos pobres, como o trabalho infantil. Soares et al (2006), nos “*Working Paper*” publicados pelo *International Poverty Centre* – IPC, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, discutem a contribuição e o impacto dos *cash transfer programmes* no que tange à desigualdade e pobreza no Brasil, entre os anos de 1995 e 2004. Segundo os autores:

the eradication of poverty and the substantial reduction of the levels of inequality in Brazil are goals which are difficult to reach within a reasonable time limit without resorting to direct redistribution mechanisms. Cash transfer programmes that are of a non-contributory nature are clear examples of the use of this type of mechanism. These programmes have existed for decades and have passed through innovations and expansions since the end of the 1990s (p. 2).

Ainda de acordo com esse estudo,

the Brazilian programmes for the direct transfer of cash to the low income population are important because, without them, it would hardly be possible to eradicate poverty or reduce inequality to tolerable levels within a reasonable time frame”, embora “even though these programmes surely do not constitute the only and permanent solution for the country’s social problems, there is no doubt that they should be part of any proposal that would promote a more just society (p.26).

Em um trabalho mais atual, intitulado “*Confronting capacity constraints on conditional cash transfers in Latin América: the cases of El Salvador and Paraguay*”, Soares & Britto (2008) enfocam as contradições e tensões potenciais que emergem dos dois objetivos desses Programas (aliviar a pobreza a curto prazo e romper o círculo intergeracional da pobreza através do acúmulo de capital humano), bem como as limitações concernentes à capacidade financeira e institucional. Segundo os autores, existem muitas dúvidas acerca do potencial desses Programas, sobretudo em países onde tais limitações são mais significativas, uma vez que “having strong institutional coordination and ensuring funds for a reasonable period of time are basic requirements for the success of CCT Programmes” (p.2).

Estes mesmos autores propugnam a ideia de que, em um contexto marcado pela histórica heterogeneidade e exclusão, característico dos países da América Latina, os PTMC não podem ser considerados como uma estratégia integral de redução da pobreza e/ou de proteção social. Além do que, a maioria desses Programas na região, possui um limite de tempo de permanência de três anos em média. Após este prazo, as famílias seriam re-avaliadas em sua situação de pobreza e exclusão. Isso se justificaria, sobretudo por duas razões: 1) evitar a dependência e 2) dar oportunidade a outras famílias, talvez mais pobres, de participar desse programa cujo financiamento é limitado.

Nessa perspectiva, iniciativas de PTMC mais recentes, denominadas de PMTC de “terceira geração”, enfatizam uma nova dinâmica para o enfrentamento da pobreza, a partir da ideia de “portas de saída” ou “emancipação”. Inspirados no “*Programa Puente de Chile Solidário*”, defende-se que o trabalhar conjuntamente às famílias beneficiárias para que estas possam encontrar as “portas de saída” de sua atual condição de pobreza seria um caminho pertinente. No entanto, para Soares & Britto (2008), esta abordagem implicaria integração com outras políticas e programas, a partir de uma

estratégia de desenvolvimento mais ampla. Esse pareceria ser um dos “aspectos novos” que estariam presentes nos PTMC desta “geração”.

Neste estudo em questão, os autores analisam a experiência de El Salvador e Paraguai, mostrando que em El Salvador, por exemplo, um dos componentes do “*Red Solidária*” é uma “rede de sustentabilidade familiar” que oferece microcrédito e promove projetos produtivos nos municípios onde estão implementados os PTMC. Já no Paraguai, o componente de apoio familiar recorre a “guias familiares” para desenvolver estratégias conjuntamente às famílias beneficiárias visando a melhorar seu potencial produtivo e apoiar a organização de espécie de “Comitês de beneficiários produtivos”.

Dessa forma, o “apoio integral” que oferecem esses Programas aos beneficiários se dará no sentido de acrescentar capital financeiro, social e humano aos membros adultos da família, de tal modo que estes possam melhorar suas condições de vida de maneira sustentável, potencializando, assim, suas possibilidades de sair da pobreza, quando no período de não receber mais o auxílio oriundo das transferências monetárias dos Programas. Nessa perspectiva, afirmam os autores, há um “distanciamento” da ideia originária dos PTMC, cujo enfoque se dava no alívio à pobreza em curto prazo, inserindo na discussão atual, oportunidades econômicas, “*empowerment*” e atividades de geração de renda e de trabalho como elementos importantes, sobretudo para dar “respostas” às críticas de que os PTMC não alteram a situação de pobreza da família em curto prazo, podendo, inclusive, gerar dependência.

No Brasil, bem como em âmbito internacional, embora estudos mais específicos sobre os impactos e perspectivas da “terceira geração” dos PTMC ainda se constituam como um tema em elaboração pode-se, mesmo que de maneira preliminar, esboçar algumas considerações sobre o caso brasileiro. No âmbito da economia solidária - como se tentou mostrar na parte anterior deste trabalho - há um ambiente mais favorável e permissivo à consecução de políticas e práticas que vão ao encontro da ideia de as possibilidades de “emancipação” dos beneficiários. Só para se ter uma ideia, basta analisar os dados e as possibilidades encontradas no âmbito da SENAES. Também é interessante analisar as possibilidades abertas pelos programas de microcrédito, experiência que vem sendo desenvolvida em diversos municípios brasileiros.

Em âmbito nacional, conforme artigo veiculado no Jornal “Folha de São Paulo”, de 24 de dezembro de 2007, intitulado “*Bolsa Família vai ganhar secretaria da “porta de saída”*”, a ideia é criar uma pasta que atue em programas de geração de trabalho e emprego para que beneficiários busquem a própria renda. De acordo com o artigo, o tema “porta de saída” do Bolsa Família, principal programa social do Governo Federal, tem sido uma cobrança tanto da oposição como de instâncias do próprio Governo. Em outros termos, a ideia nevrálgica consiste em como passar de um programa meramente assistencialista à um “emancipatório”. Também na mídia internacional o Programa vem sendo comentado e trazendo curiosidades. Segundo a revista britânica “*Economist*”, de 08 de fevereiro de 2008, “o programa social do governo brasileiro está ganhando adeptos em todo o mundo”, tendo em vista a sua capacidade de contribuição à diminuição da desigualdade de renda no Brasil, além de destacar o aumento da presença escolar e do poder de compra em regiões mais desfavorecidas do país.

No Brasil, o Programa “*Bolsa Família*” (PBF) do Governo Federal, instituído em 2004, a partir da unificação de alguns programas sociais de transferência de renda é tido como “um dos maiores Programas de Transferência Condicionada de Renda do mundo”, beneficiando mais de 11 milhões de famílias.

No entanto, as tentativas de “emancipação” ainda são acompanhadas de inúmeras dificuldades, de ordem técnica, financeira, comercial, etc. Em seguida, pretende-se tecer breves considerações sobre essa problemática, apontando alguns avanços e limites.

### 3.1 Prováveis dificuldades para a “terceira geração” dos programas emancipatórios

Segundo Abreu, Jorge & Sorj (1997), na década de 1980, numerosos programas de geração de renda foram desenvolvidos a partir de iniciativas diversificadas – Estado, setor privado, ONGs – voltados para a melhoria das condições de trabalho e renda dos grupos sociais de baixa renda. O objetivo das autoras era discutir algumas políticas e projetos de geração de renda voltados para mulheres de baixa renda e identificar os avanços e os entraves que permanecem para sua consolidação. Dentre os principais problemas levantados, as questões: econômica – jurídica – administrativa – financeira eram as de maior relevância, sendo que “a comercialização e a ampliação de mercado são vistos como os principais pontos de estrangulamento no desenvolvimento das atividades” (p.65).

De forma resumida, os principais gargalos ou dificuldades que as produtoras enfrentavam - basicamente os mesmos -, dentre os casos analisados, eram: a) comercialização (estabelecer fluxos de compradores aos seus produtos e de atender a demanda, fixar preços, etc); b) matéria-prima (comprar a quantidade ideal e, em pequenas quantidades, há uma tendência de preços mais altos e condições menos favoráveis de pagamento, o que torna o valor do produto final não competitivo); c) recursos para equipamentos; d) qualificação e aperfeiçoamento; e) gerenciamento. O estudo sugere, com base nos casos analisados, a importância de atuar em áreas específicas, como pesquisas de mercado, atividades de capacitação profissional, linhas de crédito específicas, aproximação produtor – consumidor.

Abreu, Jorge & Sorj (1997) retratam dificuldades típicas de programas emancipatórios que são construídos a partir do conceito de “geração de renda” por parte dos beneficiados. Esta perspectiva, deu, no Brasil, origem a esforços e políticas visando a constituição de cooperativas “populares” e formas associativas autogestionárias nas quais os trabalhadores criassem um “espaço de autonomia” com o qual além de obter renda pudessem exercer a cidadania intraorganizacional, tomando decisões gerenciais e estratégicas dentro da organização, repensando a organização do trabalho e decidindo sobre as formas de remuneração dos participantes desse coletivo produtivo.

Esse caminho, eticamente louvável, encontra sérias dificuldades quando confrontado com a realidade. A construção de um “espaço de autonomia” tem como pré-requisitos competências e recursos que não estão ao alcance da maioria dos grupos autogestionários. Assim, no que se refere a uma forma bastante comum de organização dos grupos para geração de renda, as cooperativas de trabalho em livro organizado por Lima (2007 a) encontra-se a descrição de dificuldades, limitações e insucessos de diversas cooperativas de trabalho. Em alguns casos, tal como relatado por Reis (2007), a geração de renda com “autonomia” (elemento muito valorado dentro da economia solidária) não se verifica e os “patrões” (no caso os clientes) continuam mandando. Lima (2007 b) ao analisar cooperativas gaúchas de trabalho afirma que “Alguns trabalhadores estão conscientes de que a utilização das cooperativas [por fábricas calçadistas] funciona como formas de redução de custos. Afirmam que sua existência elimina postos de trabalho assalariado” (p.149). Porém, a despeito das dificuldades das cooperativas gaúchas, segundo Lima, estas cooperativas, dada a experiência anterior dos cooperados como assalariados, estão em situação bem melhor comparativamente a cooperativas localizadas no estado de Ceará formadas por empresas com a utilização de pessoal sem experiência anterior. Os cooperados cearenses apresentam menor grau de autonomia e maior risco de precarização, no sentido de perda de direitos trabalhistas. A experiência anterior dos cooperados gaúchos foi importante para sua melhor situação relativa.

Singer (1997) propugna a tese de que a fragilidade desses tipos de empreendimentos reside em sua “pequenez” e “isolamento”, que restringe brutalmente o

acesso a tecnologias que exigem mais investimentos e mais produção. Segundo ele, a vantagem decisiva da grande empresa sobre a pequena é provavelmente a possibilidade de desenvolver novas técnicas de processo e novos produtos, além de dispor de informações e de conhecimentos. Ademais, esses empreendimentos, em geral, apresentam graves carências, como defasagem tecnológica, equipamento desgastado, falta de competitividade. Neste cenário, é preciso dotá-los de criatividade e eficiência, além de experiência gerencial, administrativa e comercial.

Ou seja, utilizando-se o termo de Coraggio (1997), é preciso alcançar uma “organicidade”, o que implica “investir recursos importantes no desenvolvimento, consolidação e alimentação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e micro redes populares” (p.37). Implica, inclusive, sua visão, “canalizar recursos de pesquisa e assessoria técnica das universidades para a conformação de centros tecnológicos que alimentem e estimulem estas redes de maneira permanente”. Além disso, no que tange à superação do sentimento “estruturalmente hostil” ao surgimento e ao desenvolvimento de tais empreendimentos, “é necessário empreender também uma profunda transformação cultural dos valores sobre o bem-estar, o trabalho, a democracia e os limites da legitimidade do exercício do poder” (p.37).

Do ponto de vista da literatura econômica, foi Schumpeter (1951) quem reconheceu e ressaltou o papel do empreendedor como “motor” do desenvolvimento econômico e quem, portanto, propugnou a ideia da importância de se conhecer o seu comportamento, inclusive como um problema específico a ser analisado. A literatura econômica tem estudado o processo empreendedor sob diversas perspectivas. Enquanto alguns autores destacam os atributos de personalidade e motivação, por exemplo, Penrose (1959) e McClelland (1961), outros focalizam mais o processo, por exemplo, Gibb e Ritchie (1982), Johannisson (1988), Kantis et.al (2002), Gibbs (2006), Bacic e Souza (2008).

Dess (2001) caracteriza um tipo especial de empreendedor, que é o social. Este seria um empreendedor genuíno, à maneira schumpeteriana, que em vez de se preocupar com a obtenção e maximização de lucros, procura gerar “valor social” no lugar de “valor privado”. Para tanto, utiliza-se de diversos processos e conceitos inovadores, impactando o tecido social. Esse empreendedor social não deve ser confundido com o trabalhador cooperado, que busca principalmente a obtenção de uma renda e tem menor poder de impactar individualmente pela sua ação o tecido social (porém não deve se deixar de considerar a importância coletiva dessa forma de organização).

Bacic e Souza (2008), afirmam que a partir da revisão da literatura é possível concluir que há etapas diferentes no processo empreendedor e necessidade de diversos tipos de recursos. As etapas englobam: incubação da ideia, início do empreendimento e consolidação inicial (Kantis et al, 2002). Essas etapas, para serem percorridas, precisam da ação sistêmica de distintos fatores: motivacionais, competências, redes de sustentação e recursos financeiros.

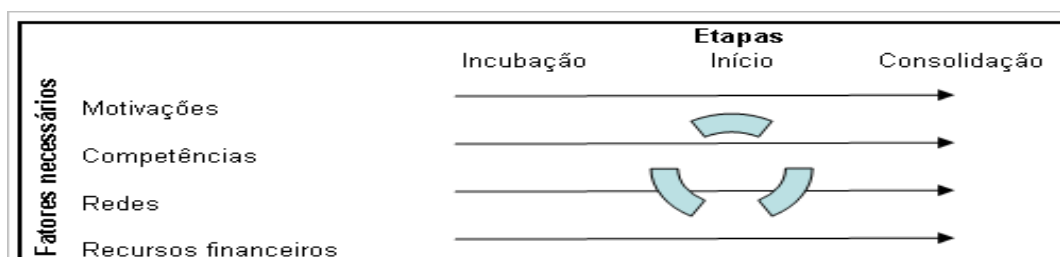


Figura 1- Etapas e fatores necessários para o sucesso do empreendimento

Fonte: Bacic e Souza (2008)

Observa-se assim, a complexo arranjo necessário para que um empreendimento seja criado e tenha sucesso. A falta de alguns dos elementos necessários pode levar ao fracasso do processo. Neste sentido, cabe refletir sobre as dificuldades que terão os empreendimentos criados para serem “portas de saída” para as políticas emancipatórias do PBF.

Bacic, Baldeón e Almeida (2003), no que tange especificamente às cooperativas populares contempladas no Projeto de Incubadoras pela ITCP/UNICAMP, mostram que esses empreendimentos não são formados, em sua grande parte, por pessoas com o perfil de recursos necessários para ter sucesso. Um levantamento comparativo referente às características pessoais do empreendedor brasileiro e do cooperado, realizado pelos autores, mostra que o empreendedor “nato” brasileiro possui, em sua totalidade, elevado nível educacional (muito acima da média do total do país), média de 41 anos de idade, do sexo masculino, pertencente à classe média e que já apresentou experiências profissionais anteriores, na área de seu empreendimento. A experiência anterior no trabalho foi fator chave para a descoberta da oportunidade que deu origem ao novo empreendimento e foi também muito importante para a construção da rede profissional e no enriquecimento da rede pessoal. Já os cooperados, em sua maioria, apresentavam baixa escolaridade e qualificação técnica, geralmente desempregados ou trabalhadores informais, e do sexo feminino. Também em se tratando dos fatores ligados à motivação, competências empresariais e redes de relacionamento, estes eram bem diferentes quando comparados aos dos empreendedores “natos” com os “sociais”. Nessa perspectiva, os autores concluem que “o estudo sobre o empreendedorismo confirma a necessidade de elevar os níveis educacionais para a efetivação dos programas autossustentáveis de geração de emprego e renda” (p.11); frente pela qual as políticas públicas deveriam atuar com mais veemência.

Caso o perfil dos cooperados atendidos pela ITCP/UNICAMP seja semelhante ao perfil dos atendidos pelo PBF, a formulação de programas emancipatórios não pode ser pensada no sentido de criação de simples “portas de saída” mas sim de processos (naturalmente longos e trabalhosos) que conduzam em direção às “portas de saída”. Nestes processos, deverão ser integradas ações e políticas que visem além da aquisição de competências empreendedoras mínimas por parte dos cooperados, a formulação de políticas que sustentem esses empreendimentos, inclusive lhes facilitando acesso a alguns mercados (por exemplo, fornecimento ao setor público). Também, é necessário reforçar as ações para possibilitar a inserção dos beneficiados pelo PBF no mercado formal de trabalho (o que pode demandar menos esforços que a constituição dos empreendimentos autogestionários, tão caros à economia solidária).

Provavelmente, seja necessário articular um leque amplo e permanente de políticas, que articule diversos processos de saída, indo desde os empreendimentos totalmente autogestionários, passando por aqueles com menor grau de autogestão e dependente de ações de apoio do poder público, empreendimentos tradicionais (microempresas) até ações para a inserção no mercado de trabalho. A experimentação e a análise dos resultados obtidos com a aplicação das diversas possibilidades em distintas realidades e situações permitirão, no futuro, obter um quadro mais claro sobre a eficácia de cada alternativa e as precondições necessárias para a sua escolha.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em vários países, sob diferentes denominações, constata-se o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços sociais e pessoais, organizados com

base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. De fato, a presença e a progressiva amplitude desse campo de práticas suscitaram programas e ações, de variadas organizações dos setores público e privado, no sentido de promovê-las como opção de renda e de melhor qualidade de vida.

Do ponto de vista conceitual, o tema referente à economia social contempla uma multiplicidade de opiniões, ou seja, seu conceito carece de aceitação e implementação generalizadas. Na verdade, pode-se afirmar que, até o momento, não existe consenso sobre a delimitação de suas fronteiras e atividades. Além do que, a utilização deste termo não está isenta de ambiguidades, uma vez que convive com uma diversidade de nomenclaturas e tipologias (“terceiro setor”, “terceiro sistema”, “economia *no profit*”, “setor voluntário”, “economia alternativa”, etc.) que, embora seja utilizada para designar realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividades. Como corolário dessa multiplicidade de opiniões e de conceitos, bem como das ambigüidades e contradições existentes, aparece outro obstáculo para o avanço dos estudos deste “setor”, que se refere às informações quantitativas, de mensuração.

Nessa perspectiva, em cada país, ou até mesmo em cada região, adotam-se distintas referências, que variam em função da trajetória histórica, sociocultural, política, econômica e também dos desideratos, da ideologia e dos valores do pesquisador.

Independentemente da terminologia utilizada, das dificuldades de conceituação, de definição, de mensuração e da controvérsia inerentes a um tema “espinhoso”, entende-se que a Economia Social pode desempenhar um papel significativo, do ponto de vista socioeconômico, através de seus “mecanismos específicos”, podendo, assim, contribuir para a geração de emprego e renda, para uma distribuição de renda menos desigual e para o desenvolvimento endógeno, tendo em vista seus maiores vínculos com o território.

Nesse sentido, em se tratado das políticas públicas atualmente executadas no âmbito de geração de emprego e renda no Brasil, um novo “modelo” de enfrentamento da realidade socioeconômica atual vem sendo observado e se dá a partir de certas iniciativas, também adotadas recentemente na América Latina, de “*Programas de Transferência Monetária Condicionada*” (PTMC). Estes Programas têm como ideia basilar, enfatizar o “trabalhar conjuntamente” com as famílias beneficiárias para que estas possam encontrar as “portas de saída” de sua condição de pobreza; abordagem esta que implica integração com outras políticas e programas, no marco de uma estratégia de desenvolvimento mais amplo.

No que se refere especificamente à “terceira geração” desses Programas, ou seja, aos programas que visam a sensibilizar, estimular e direcionar-se no sentido da geração de trabalho e renda, no Brasil, assim como na América Latina, ao longo dos últimos 10 anos, têm sido levadas a cabo, experiências de Programas de Transferência Monetária Condicionada – PTMC, com o objetivo de aliviar a pobreza em curto prazo e de romper o círculo intergeracional de pobreza. Sobre a eficácia desses Programas em seus respectivos países, embora haja muito a ser discutido, mais recentemente, há uma crescente literatura demonstrando que os PTMC reduzem a pobreza, melhoram os indicadores de educação e de saúde e aliviam vários outros sofrimentos dos pobres.

No Brasil, bem como em âmbito internacional, embora estudos mais específicos sobre os impactos e perspectivas da “terceira geração” dos PTMC ainda se constituam como um tema em elaboração pode-se, mesmo que de maneira preliminar, esboçar algumas considerações sobre o caso brasileiro. No âmbito da economia solidária, há um ambiente mais favorável e permissivo à consecução de políticas e práticas que vão ao encontro da ideia das possibilidades de “emancipação” dos beneficiários. Só para se ter noção, basta analisar os dados e as possibilidades encontradas no âmbito da SENAES. Também é interessante analisar as possibilidades abertas pelos programas de microcrédito, experiência que vem sendo desenvolvida em diversos municípios brasileiros.

No entanto, como se pôde perceber, inúmeras dificuldades permeiam o êxito socioeconômico dos empreendimentos sociais no Brasil. Dentre os principais problemas levantados, as questões econômica – jurídica – administrativa – financeira eram as de maior relevância. De forma resumida, os principais gargalos ou dificuldades enfrentados, são basicamente os mesmos: dificuldades na comercialização, acesso à matéria-prima, insumos e recursos para equipamentos e falta de qualificação, aperfeiçoamento e técnicas de gerenciamento para seus quadros. Isto, além da ausência e dificuldade em obter e aproveitar das linhas de crédito específicas à consecução de atividades mediante Projetos.

A natural fragilidade desses empreendimentos e o fato de que a maioria dos beneficiados pelos programas não possuem minimamente o conjunto de requisitos necessários para se tornar empreendedor, coloca limites claros às políticas emancipatórias que procuram prioritariamente a constituição de empreendimentos coletivos e autogestionários. Neste aspecto, há que pensar num amplo leque de possibilidades, que devem ser entendidos como processos em direção às portas de saída, que conduzam os beneficiários à obtenção de renda, muitas vezes de forma paulatina e complementada pela renda do PBF. As possibilidades a serem consideradas devem ir desde os empreendimentos totalmente autogestionários, passando por aqueles com menor grau de autogestão e dependentes de ações de apoio do poder público, empreendimentos tradicionais (microempresas) até ações para a inserção no mercado de trabalho. Dado este leque de possibilidades, configura-se como uma futura agenda de pesquisa, a análise dos resultados obtidos, no que tange à geração de autonomia financeira e inserção no tecido produtivo, das diversas possibilidades experimentadas como porta de saída, por distintas instituições, de forma a ter um quadro mais claro sobre a eficácia de cada alternativa e as condições necessárias para a escolha da política emancipatória mais adequada para cada situação específica.

## 5. REFERÊNCIAS

- ABREU, A. R.; JORGE, A. F.; SORJ, B. *Projetos de Geração de Renda para mulheres de baixa renda: reflexões a partir de estudos de caso no Rio de Janeiro*. In: Revista Proposta. Ed. Fase. No. 72, março / maio de 1997, p. 62-72.
- ANTUNES, R. In: VASAPOLLO, L.. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (Apresentação), p. 7-15.
- ARAÚJO, H.E., BARBOSA DA SILVA, F. *Economia Solidária: um novo paradigma de política pública?* In: IPEA-Mercado de Trabalho, no. 28, setembro de 2005.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE /SENAES, 2006, 60p.
- BACIC, M., SOUZA, M.C. *Empreendedor e Processo Empreendedor no Brasil: Resultados de uma Pesquisa de Campo*. Anais do V EGEPE - Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.
- BACIC, M., BANDEÓN, N. ALMEIDA, C. *Empreendedorismo x Cooperativismo: Um Estudo de Caso das Cooperativas Incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Unicamp*. Anais do III Encontro de Pesquisa em Administração e Contabilidade-EPAC. São Paulo: Fundação Alvares Penteado - FECAP, 2003.
- BAREA, José. *Conceptos y agentes de la Economía Social*. CIEIEC-España, n. 8, 1990, p. 109-117.



- BAREA, José. *La Economía Social en España*. Economía y Sociología del Trabajo, n. 12, 1991, p. 8-16.
- BAREA, José, MONZÓN, José Luis (Dirs.). *Libro Blanco de la Economía Social en España*. Ministerio del Trabajo y Seguridad Social. Madrid 1992.
- BAREA, José, MONZÓN, José Luis (Dirs.). *La Economía Social en España en el año 2000*. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Dirección General de Fomento de la Economía Social y del FSE, CIRIEC – España, 2002.
- CARPI, Juan T. *La Economía Social en un mundo en transformación*. CIRIEC – España, no. 25, abril de 1997, p. 83-115.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.
- CEPES – ANDALUCIA. *Anuario Estadístico CEPES – ANDALUCÍA*, Ano 5, n. 7, 2006, 63p.
- CHAVES, Rafael. *La Economía Social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica*. CIRIEC – España, n. 33, 1998, p. 115-140.
- COCHARAN, K. *Why a social economics?* Review of social economics, v. 37, april, 1979, p. 121-132.
- CORAGGIO, J. L. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. In: Revista Proposta. Ed. Fase. n. 72, março / maio de 1997, p. 30-38.
- CRUZ, Antonio Carlos Martins da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado), 2006.
- DEFOURNY, J. MONZÓN (Dirs.). *Economía Social: entre economía capitalista y economía pública*. CIRIEC-España, editorial, 1992.
- DEFOURNY, J., FAVREAU, L., LAVILLE, J. (Dir). *Inserción y nueva economía social*, CIRIEC-España. Valência: IUDESCOOP, 1997.
- DEES, J.G. The Meaning of Social Entrepreneurship. *Center for the Advancement of Social Entrepreneurship*, Duke University's Fuqua School of Business, 2001. Disponível em: [http://www.caseatduke.org/documents/dees\\_sedef.pdf](http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf). Acesso em: 14 out. 2008.
- DUGGER, W. M. *Social economics: one perspective*. Review of social economics, v. 35, December, 1977, p. 299-310.
- GIBB, A., RITCHIE, J. (1982). Understanding the Process of Starting Small Business. *European Small Business Journal* 1: 26-46.
- GILDER, J. (1984). *The Spirit of The Enterprise*. Middlesex: Penguin Books Ltd.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Estudo realizado em parceria com o IPEA, ABONG e GIFE, 2004, 120p.
- JEANTET, T. *La economía social europea o la tentación de la democracia en todas las cosas*. CIRIEC – España, 2001, p. 34-49.
- JOHANISSON, B. (1988) *Personal Networks in Emerging Knowledge-Based Firms: Spatial and Functional Patterns*. Entrepreneurship & Regional Development, 10(4): 297-312.
- KANTIS, H, ISHIDA, M, KORNORI, M.(2002) *Entrepreneurship in emerging economies: the creation and development of new firms in Latin America and East Asia*. Washington: Inter-American Development Bank.

KREIN, J. D. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade*. São Paulo: UNESP/UNICAMP, 2003.

LANCE, E. *Políticas públicas para o desenvolvimento econômico solidário do Brasil*. SENAES. Disponível em : <[www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog-txdiscussao](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog-txdiscussao)>. Acesso em : 2006.

LAVILLE, J.L. et al. (Dir.). *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Desclée de Broker, 1994, 79 p.

LEVESQUE, B., JOYAL, A., CHOUINARD, O. *L'autre économie. Une économie alternative*. Québec, Canada: Presses de L'Université de Québec, 1989, 125 p.

LIMA, Ana Luiza Machado. O fenômeno da Economia Solidária: reflexões em um campo de estudo controverso. In: Revista Integração, n. 25. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano10/05/index.htm>>. Acesso em: abril de 2003

LIMA, Jacob. *Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial*, (2007 b) In Lima, Jacob Lima, Jacob (org) *Ligações Perigosas. Trabalho Flexível e Trabalho Associado*. São Paulo: Annablume, 2007.

LIMA, Jacob (org) *Ligações Perigosas. Trabalho Flexível e Trabalho Associado*. São Paulo: Annablume, 2007a.

LIPIETZ, A. *Pour l'ê tiers secteur. L'économie social et solidaire: pourquoi et comment?* Paris: Éd. La Découverte/ La Documentación française, 2001, 86p.

LISBOA, A M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: Dal Ri, Neusa Maria (org). *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999, p. 55-89.

MCCLELLAND, D. (1961). *The Achieving Society*. New York: The Free Press.

MONTOLIO, José Maria. *Economía Social: concepto, contenido y significación en España*. CIRIEC – España, n. 42, noviembre, 2002, p. 5-31.

MONZÓN, José Luis. La Economía Social: tercer sector de un nuevo escenario. En: DEFOURNY, J. MONZÓN (Dirs.). *Economía Social: entre economía capitalista y economía pública*. CIRIEC-España, 1992, p. 11-16.

MONZÓN, José Luis. Raíces y perspectivas de la Economía Social. En: *Documentación Social*, n. 103, 1996, p. 105-121.

MONZÓN, José Luis. Cooperativas, Economía Social y Globalización. En: *Economía Social y cooperación al desarrollo en Ibero América*. Madrid: MTAS / FIES, 2004, p. 8-27.

MONZÓN, José Luis. *Economía Social y conceptos afines: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del tercer sector*. CIRIEC- España, no. 56, noviembre de 2006, p. 9-24.

MORAIS, Leandro Pereira. *Economía Social en España y Andalucía: presente y futuro*. Trabajo Final de Master. Sevilla: Facultad de Ciencias del Trabajo, 2007, 94p. (CD ROM).

MORENO, A. S. *Análisis económico del sector no lucrativo*. València: Ed. Tirant lo Blanc, 1996.

MORENO, A. S., CHAVES, R. *Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo*. Especial referencia al caso español. CIRIEC- España, n. 56, noviembre de 2006, p. 87-116.

MYRDAL, G. *El elemento político en el desarrollo de la teoría económica*. Madrid: Gredos Editorial, 1967.

- MYRDAL, G. *Objetividad en la investigación científica*, Fondo de Cultura Económica, 1970.
- PENROSE, Edith Tilton (1959) *The theory of the growth of the firm*. Inglaterra: Wiley & Sons, Inc.
- PINHO, Diva. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo: CNPQ, v.1, 1982.
- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA-PBF: Guia do Gestor. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2006.
- REIS, Cristina R. N. *Não têm patrão mais têm, porque eles continuam mandando: trabalhadores e cooperativas de trabalho no Maranhão*. In Lima, Jacob (org) *Ligações Perigosas. Trabalho Flexível e Trabalho Associado*. São Paulo: Annablume, 2007.
- SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOKET, S. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 3. ed. 1974.
- SERVA, M., ANDIÓN, C. A economia social no Brasil: panorama de um campo em construção. In: URALDE, J.M. *La Economía Social en Iberoamérica: um acercamiento a su realidad*. Madrid: MTAS/FUNDIBES, 2006, p. 39-86.
- SINGER, P. *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. In: Revista Proposta. Ed. Fase. n. 72, março / maio de 1997, p. 5-13.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUZA SANTOS (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. *A Economia Solidária no Governo Federal*. In: Textos de Discussão IPEA-Mercado de Trabalho, n. 24, agosto de 2004.
- SOARES, et al. Cash Transfers Programmes in Brazil: impacts on inequality and poverty. In: International Poverty Centre - IPC. *Working Paper*, n. 21, June 2006.
- SOARES, et al. *Conditional Cash Transfers in Brazil, Chile and Mexico: impacts upon inequality*. In: International Poverty Centre - IPC. *Working Paper*, n. 35, April, 2007.
- SOARES, F. V. ; RIBAS, R.P.; OSÓRIO. *Avaliando o impacto do PBF: uma comparação com programas de Transferência Condicionada de Renda de outros países*. In: IPC Evaluation Note. n. 1, dezembro de 2007.
- SOARES, F. V.; BRITTO, T. *Confronting capacity constraints on Conditional Cash Transfers in Latin America: the cases of El Salvador and Paraguay*. In: International Poverty Centre - IPC. *Working Paper*, n. 38. August, 2007.
- TEIXEIRA, T.C., DOMINGO, A. S. La conformación del cooperativismo en Brasil: tendencias y desafíos en el siglo XXI. CIRIEC- España, n. 43, noviembre de 2002, p. 205-226.
- TESCH, W. Economía Social en el Brasil: espacio y potencial- el desafío de la construcción de una cultura participativa en una sociedad patrimonialista. En: *Economía Social y cooperación al desarrollo en Ibero América*. Madrid: MTAS / FIES, 2004, p. 60-90.
- TOSCANO, Fernando Sanchés. *Informe sobre la Economía Social en Andalucía, 2002* (CD ROM).
- VAINER, C. *Controle Político ou utopia experimental?*. Unitrabalho Informa ano III n. 10. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/boletim/artigos/vainer.html>>. Acesso em: Janeiro de 2000